

A CULTURA NEGRA NA SALA DE AULA: A CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS

Maria Emanuela de Oliveira Cruz – Pedagogia/UEPB
Cristiane Maria Nepomuceno – DFCS/NEAB-Í/UEPB

Vivemos em um país pleno de diversidade: raças, modos de pensar, de viver, de acreditar. Esta diversidade é fruto da interrelação dos povos que nesta terra se misturaram, mesclaram suas genéticas e práticas culturais. Todavia, como compreender que em um país tão plural atitudes e práticas preconceituosas e discriminatórias estejam presentes em todos os seus âmbitos? O mito da “democracia racial” Freyriana continua fortemente presente, supostamente, continuamos a ser uma nação democrática em que as pessoas afirmam não possuir nenhum tipo de preconceito, todavia pessoas negras sofrem discriminação apenas pela cor de sua pele e na maioria das vezes são vistas como sujas, justificadamente pobres e incapazes.

O preconceito racial no Brasil permanece não declarado/assumido, mas é constantemente revelado através dos olhares, pensamentos, expressões e atitudes. Preconceito este presente também na escola, tão presente que uma criança, em seus primeiros anos de vida, já é capaz de recusar segurar as mãos de um colega negro por achar que estas são sujas em decorrência de sua cor. Se é criança e tão pequena, o que a faz agir assim? Quem lhe ensinou que negro é sujo?

Este artigo apresentar os resultados de uma pesquisa que tinha como objetivo verificar as mudanças ocorridas nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas após a implementação da Lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afrobrasileira em toda a educação básica. Para tanto tomou como recorte a ação docente como um elemento essencial para a efetiva consolidação desse processo.

A partir de uma prática de intervenção realizada em duas turmas de 5º ano de uma escola da rede municipal de ensino de Campina Grande-PB realizamos a observação e a coleta de dados. A partir da aplicação do projeto “Práticas culturais Afrobrasileiras: educando para a diversidade” investigamos a influência de aulas voltadas para o ensino da História e Cultura Afrobrasileira na reformulação de conceitos e na percepção da identidade dos alunos.

Para subsidiar nossa pesquisa, diversos documentos nacionais e internacionais foram lidos e analisados, dentre os nacionais: a Constituição Brasileira de 1988; a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96); a Lei Federal 10.639/03; a Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; as Orientações Curriculares e Expectativas de Aprendizagem Étnico-Racial para a Educação Étnico-Racial na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio de 2008, Regulamentação do Estado da Paraíba (2010) e Resolução do Município de Campina Grande (2010). Dentre os referenciais bibliográficos destaca-se FREIRE (2002), MACHADO (2002), DEMO (2008), ANDRÉ (2010), MOREIRA E CANDAU (2008), NEPOMUCENO E ASSIS (2008) e CAVALCANTE (2010). Dentro outros. Ambos que tratam a importância da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 assim como da ação do educador na promoção do respeito às diferenças.

Com os resultados dessa pesquisa esperamos contribuir para melhoria da prática pedagógica despertando para a importância da desconstrução desta história eurocêntrica presente durante séculos, necessário se faz a presença de um ensino que trabalhe a história do Brasil como realmente ela é, destacando a contribuição das três matrizes étnicas para a formação do nosso povo, a indígena, a africana e a europeia e mostrando para os alunos, a presença de todas elas em nossa cultura e em nossa sociedade.

Esperamos que este estudo também consiga provocar inquietações, intensificar as discussões, reflexões e análises frente à temática para contribuir com as práticas educativas direcionadas a formação cidadã das crianças.

EDUCAR PARA A DIVERSIDADE: CONTEXTUALIZANDO A PROPOSTA

Não podemos falar de educação sem nos remeter ao modelo de sociedade em que vivemos, pois sua sistemática funcional sempre esteve vinculada a forma de organização da sociedade. Os diversos modelos históricos de educação sempre estiveram voltados para atender interesses específicos, em se tratando de uma sociedade capitalista, os interesses da classe dominante. No atual contexto histórico social, em decorrência das conquistas históricas dos movimentos sociais em todo o mundo, a educação encontra-se mais voltada para o combate das desigualdades e do preconceito e para a promoção do respeito às diferenças. Fávero e Ireland, em seu livro Educação como Exercício de Diversidade (2007), afirmam que:

a escola é uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade considerada como mediação privilegiada para desenvolver uma

função social fundamental: transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade (p. 43).

Desde o princípio foi atribuída a escola a função de transmitir valores as novas gerações e formá-las conforme a atual organização da sociedade. Era papel da escola, preparar o cidadão para o “mundo lá fora” no sentido de obedecer todas as regras e adequar-se a cada uma delas. Enquanto a criança sofria coesão dentro de sua própria casa, ao sair para a escola, ela devia também obedecer a todas as regras e se adaptar ao modelo do sistema educacional instituído. Não se pensava na criança como digna de direitos e deveres, a preocupação maior era com a formação de um cidadão capaz de habituar-se ao modelo de sociedade vigente.

No atual contexto, a escola é concebida como um ambiente onde professores e alunos podem estabelecer uma troca mútua de conhecimentos, ao ensinar o professor aprende com seus alunos. Razão pela qual uma prática docente preocupada com a verdadeira formação do cidadão e comprometida em atuar na sociedade de modo positivo fará uma grande diferença no ambiente escolar e na sociedade ao qual fazemos parte. Nesse sentido, a participação ativa do professor poderá contribuir para a educação das relações etnicorraciais, ou seja, contribuir com a formação de identidades, identidades essas que tenham conhecimento de seu pertencimento étnico-racial e se orgulhem de ser parte dele sem desconsiderar a importância da cultura do outro.

No entanto, só poderemos contribuir com a formação destes cidadãos, se tivermos conhecimento da diversidade de culturas presentes em nosso país para então passar tais conhecimentos para eles. Em nosso caso, tomamos como referência a história e cultura africana e afrobrasileira que infelizmente, ainda é pouco contemplada em nossos currículos escolares e pouco discutida nas salas de aula, necessitando de uma maior atenção por parte dos responsáveis pela instituição e dos professores em suas práticas. “O professor passa a ter o papel fundamental de mediador na construção das relações interculturais, promovendo processos de interação entre os alunos e o conhecimento” (CAVALCANTE, 2010, p. 40).

Sendo assim, é essencial que o professor considere a realidade diversificada de seus alunos e se preocupe em promover boas relações entre eles, ou seja, relações interculturais, troca entre as culturas e reconhecimento do valor da cultura de cada um. Só assim, haverá uma boa relação entre os diferentes, independente de serem descendentes de brancos, negros ou indígenas.

Entretanto, não podemos exigir do professor determinada prática se o mesmo não teve acesso à determinada temática em sua formação e não possui um domínio do conteúdo que deverá ser trabalhado. Infelizmente, a realidade que encontramos é que, segundo Gomes e Martins (2009 p. 87):

Nem sempre a Academia prepara professores especificamente para essa formação sobre História da África e Culturas Afro-Brasileiras, porque parece não ter o olhar voltado para essa realidade, como conhecimento válido ou merecedor de estudos e reflexões. (...) Este é um dos problemas: a inserção da temática étnico-racial e africana, mesmo no contexto da Lei nº 10.639/03, ainda é feita como uma exceção à regra. Geralmente, essa é conduzida, se existe, tanto na Escola Básica quando em cursos de graduação e pós-graduação, um docente ou um coletivo de profissionais que trabalha e pesquisa a temática ou que assume um compromisso político com ela, devido a sua história de vida e opção política de combate às desigualdades. Ou seja, o trabalho com a Lei nº 10.639/03 ainda é restrito à boa vontade, ao desejo ou ao compromisso individual de docentes e pesquisador.

Ou seja, o trabalho com a temática afrobrasileira infelizmente não é algo comum a todos os professores, sejam eles de Educação Básica ou do Ensino Superior (graduação ou pós-graduação). Determinado trabalho torna-se restrito a certa pessoa ou grupo que possui afinidade com o tema ou um compromisso político com a causa. Sendo assim, existem muitas lacunas a serem preenchidas quando se trata da formação do professor nesta área.

Necessário se faz que haja em toda a rede de ensino – municipal, estadual ou privada – uma formação inicial e continuada para os professores de modo a capacitá-los para então ensinarem esses conteúdos em sua sala de aula, trabalhando assim com o outro lado da história que infelizmente ainda encontra-se velada por uma história que supervaloriza a cultura europeia. Por exemplo, para além de conhecer a cultura europeia e indígena na formação de nosso povo brasileiro, precisamos conhecer e destacar a influência da cultura africana. Pode-se chamar atenção para o gosto do povo brasileiro para uma boa feijoada, um bom samba, a preferência por roupas de cores fortes (vermelho, verde, amarelo e preto), características presentes em nosso país devido à presença africana. Quantos de nós falamos palavras como banguela, bunda, batuque, berimbau, cacunda, caçamba, caçula, caatinga, cachaça, cachimbo etc. É preciso mostrar aos nossos educandos a presença do povo africano na cultura brasileira, da origem das palavras as práticas cotidianas.

No Brasil durante muito tempo se cultivou uma postura racista e preconceituosa em relação ao negro, até o início do século XX não se admitia sequer a presença dos

negros nos bancos escolares – em muitos casos a presença dos mesmos na escola dependia da disponibilidade dos professores ou quando esta era permitida poderia ocorrer apenas durante o período noturno. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais está posto:

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004, p. 7).

Reforçando estas informações, nas Orientações Curriculares do Estado de São Paulo (2008, p. 67) está dito que

O recenseamento de 1872 revelou que entre 1.509.403 escravizados, apenas 1.403 sabiam ler e escrever, ou seja, menos de 1%. Bloqueava-se o acesso e a integração dos escravizados à sociedade, impedindo que eles enfrentassem os novos desafios do mercado de trabalho assalariado e livre.

Esta situação, por exemplo, impossibilitava que os ex-escravos tivessem acesso ao mercado de trabalho livre e assalariado, fazendo com que, muitos deles optassem por retornar ao antigo modo de vida ou passar necessidades com seus familiares. Ou seja, nesse contexto, os negros jamais tinham os mesmos direitos ou eram considerados cidadãos dignos como os homens “brancos”. Inconformados com essa realidade, muitos deles reagiam motivando os seus a se unirem e se organizarem em prol de um mesmo objeto, lutar por seus direitos e condições de vida melhores. Essas organizações, culminaram no que hoje conhecemos por “Movimentos Negros”, ou seja, pessoas que se uniram com o objetivo de conseguirem seus direitos de cidadãos livres e comuns.

Um grande marco dessas mudanças foi a Constituição Brasileira de 1988 que reconheceu a sociedade brasileira como formada por múltiplas presenças, etnicamente diversa, garantindo os direitos iguais a todos os cidadãos, independente de sua raça, cor, religião ou opção sexual (cf. artigo 5º). Após a promulgação da Constituição de 1988, uma série de outras leis foram instauradas, colocavam-se em prática, por parte do Estado Brasileiro políticas e programas que objetivavam promover ações afirmativas voltadas para reparar os erros cometidos contra os afrodescendentes e outros grupos étnicos ao longo de todo o processo de formação da nossa sociedade. Dentre elas,

destaca-se a LDB/96, a Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004) e a Lei 11.645/08.

As ações e as políticas passaram a garantir, além do reconhecimento, reparação e valorização, aos afrodescendentes (e demais grupos étnicos) a inviolabilidade da condição de cidadão igual em seus direitos e deveres e diferente em seu modo de ser, viver, pensar, agir, sentir e professar suas crenças. A partir de então, as diferenças passam a ser discutidas como algo que irá contribuir com a formação de uma sociedade plural, na qual o respeito à diversidade de raças e etnias capazes de tornar nosso país cada vez mais rico culturalmente.

Essa discussão serve para mostrar o quanto o fazer docente poderá contribuir com a formação de educandos que sejam capazes de pensar e expressar sua opinião, sejam capazes de questionar o motivo do preconceito existente em nosso país e tornem-se capazes de contribuir com a construção de uma sociedade onde todos são valorizados independente de sua raça, cor, sexo ou religião.

Assim, consideramos o desafio oferecido a todos os docentes ao inserirem em seus planejamos a história e cultura africana e afrobrasileira, pois, sabemos que o que aprenderam em sua fase escolar nada poderá contribuir com esta ação. A ausência de uma formação adequada deixa muito a desejar, no entanto, se houver o interesse com a causa e o reconhecimento da importância da mesma em nossa realidade escolar, haverá sim a busca de novos conhecimentos e a realização de um trabalho significativo. Não podemos ficar parados esperando atitudes alheias, devemos buscar fazer nossa parte para assim contagiar os outros que nos rodeiam.

EDUCANDO PARA A DIVERSIDADE: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA MUNICIPAL MANOEL FRANCISCO DA MOTTA

Os resultados que vamos apresentar resultam de uma pesquisa empírica realizada na Escola Municipal Manoel Francisco da Motta – SESI, localizada na cidade de Campina Grande-PB. Através da aplicação de um projeto de intervenção em duas turmas de 5º ano, no turno da tarde. Esta pesquisa pode ser considerada de múltipla tipificação: bibliográfica e documental, o que serviu para orientar o olhar e fundamentar a prática e a posterior análise das informações coletadas. Também é pesquisa-ação por ser está um tipo de pesquisa que realiza intervenção no universo pesquisado, que serve

para promover mudança e melhoria na prática pedagógica à medida que se faz necessário transformar ideia em ação, a Pesquisa Ação

age como incentivo para a ação; envolve pessoas e relações, está preocupada com a eficiência das pessoas no trabalho, as motivações, as relações e o bem-estar; está preocupada com a mudança organizacional e melhoria de resultados; está preocupada com o planejamento e estabelecimento de políticas; está preocupada com inovações e mudanças e maneiras pelas quais essas mudanças podem ser implantadas nos sistemas; concentra-se na solução de problemas; que proporciona a oportunidade de desenvolver conhecimento teórico” (MOREIRA; CALEFFE, 2006, p.91-92).

Por se tratar de uma pesquisa educacional a abordagem foi qualitativa, consistiu em observação, entrevistas e registro áudio-visual. Deste modo, a partir das observações averiguamos as situações de ensino-aprendizagem e como aconteciam as relações entre os alunos a partir das temáticas trabalhadas, primordialmente, observar as atitudes dos alunos frente aos conteúdos e a percepção de suas identidades. Através desse procedimento, pudemos captar dados significativos para compreendermos melhor ideias e teorias que tratam da etnicidade na sala de aula.

A escola objeto da pesquisa foi selecionada em decorrência das atividades de pesquisadora desenvolvidas na Iniciação Científica (PIBIC) no projeto intitulado: “Africanidades e Afrobrasilidades na Lei 10.639/03 – Um olhar para as escolas quilombolas e as instituições públicas de ensino de Campina Grande-PB: Currículo, Prática Pedagógica e Formação Docente”. Esta pesquisa, iniciada em 2011, tinha como objetivo verificar as mudanças ocorridas nos currículos escolares e nas práticas pedagógicas após a implementação da Lei 10.639/03. Deste modo, era parte das nossas atividades visitar as escolas municipais para aplicar os questionários que iria verificar como estava se dando o processo de conhecimento e aplicabilidade da referida Lei. Os questionários aplicados com os professores tinha o intuito de verificar a formação referente à temática (ou ausência dela), o trabalho ou não com essa questão, as situações acontecidas no ambiente escolar e a existência de um possível material didático para o trabalho com a mesma.

Ao analisarmos os questionários, percebemos que as professoras da escola objeto desta pesquisa responderem afirmativamente a indagação: trabalha com a história e cultura africana na sala de aula. Por isso, retornamos a instituição com o intuito de observar a ação docente, a postura da professora em sala de aula e a forma que trataria à temática. Isto se deu no mês de maio, nas atividades alusivas a data do “13 de maio”, dia da “Abolição da escravidão” no Brasil. Ao perceber que na turma observada a aula

havia sido bastante relevante para os alunos decidimos aplicar o projeto de intervenção na turma objeto da observação com o objetivo de dar continuidade ao trabalho iniciado pela professora.

O projeto colocado em prática com a turma, que deu base à intervenção, intitulava-se: “Práticas culturais Afrobrasileiras: educando para a diversidade”. Tinha por objetivo, cumprir o que está posto no Capítulo 10 dos Parâmetros Curriculares Nacionais, permitir ao aluno:

(...)

- Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania. (...) (cf. In: PCNs, 1997, p. 6).

Para a realização destes objetivos, o projeto consistiu na realização de uma aula por semana em que foi trabalhada influência da cultura africana em nossos hábitos, crenças e costumes. Modos de ser, viver e fazer. O conteúdo foi dividido em sete encontros, distribuídos entre os meses de agosto a novembro de 2012. A ideia era permitir que os alunos relembassem de músicas, ritmos, danças, modos de falar, de se comportar, de viver, que fazemos a todo tempo e não temos conhecimento que são herança do povo africano.

Em cada encontro foram abordados diversos temas da cultura africana e afrobrasileira, entre eles a arte, a música, a dança, a literatura e a história do povo africano. Em todas as aulas, as crianças participaram de forma ativa e participativa e durante a pesquisa, percebemos claramente a evolução do conhecimento de cada um. Após esses encontros, realizamos uma culminância de tudo que foi realizado durante o projeto, onde as crianças apresentaram tudo que foi aprendido e produzido.

A partir da experiência vivenciada é possível tecer algumas considerações, que devem ser entendidas como de caráter reflexivo. Iniciar dizendo que as crianças a princípio apresentaram certa resistência à temática, principalmente quando se tratava do

reconhecimento de seu pertencimento étnico-racial, após a realização da intervenção a postura da maioria dos alunos mudou de forma significativa. Confirmando o que está posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais: “(...) o fortalecimento de políticas e a criação de instrumentos de gestão para a afirmação cidadã [tornando-se prioridade a valorização da] riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural” (2004, p. 5).

Pois, somente com a existência dessas políticas e a contribuição da ação docente na construção deste conhecimento, os alunos terão acesso à verdadeira história de nosso povo e ao compreenderem a necessidade de valorização de nossa diversidade, poderão orgulhar-se do que são e respeitar o outro em sua diferença. Diante disso, é possível afirmar que em decorrência das atividades, as crianças construíram conosco um conhecimento significativo com relação à influência africana em nossa cultura e passaram a reconhecer esta presença em nossos hábitos e costumes. Valorizando assim a presença do povo negro em nossa sociedade e reconhecendo sua grande contribuição em nossa história.

Sabemos que não será tão fácil desconstruir algo que vem sendo perpassado durante séculos, mas também temos consciência de que o pouco que hoje fazemos poderá fazer uma grande diferença na vida de muitas crianças que estão em fase de construção de seu posicionamento social. Nesse sentido, contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu pertencimento é um papel essencial do professor diante da realidade que nos encontramos realidade esta, onde

(...) se diz que o Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caçara, caipira... Contudo, ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania (cf. In: PCNs, 1997, p. 13).

Sendo assim, enfatizamos o papel da escola e conseqüentemente dos professores nesta promoção, pois a ação conjunta muito irá contribuir com a formação de cidadãos melhores, mais conscientes, éticos e que saibam respeitar a diferença do outro. Assim, consideramos a trabalho realizado através da aplicação do projeto de intervenção bastante promissor no que se trata da implementação das referidas Leis e da construção de melhores relações étnicas no ambiente escolar.

Os resultados aqui citados foram bastante positivos. No entanto, como já foi dito, tudo isto foi apenas no primeiro passo para a promoção de uma educação de que valorize a diversidade, sendo assim, o trabalho precisa continuar. Pois,

Considerar a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano (cf. In: PCNs, 1997, p. 16).

Portanto, não desejamos aqui mudar o foco, retirando a Europa do centro e substituindo pelo Continente Africano, desejamos apenas trabalhar na promoção do reconhecimento da influência das três matrizes étnicas em nosso povo, a europeia, a indígena e a africana. De modo a não privilegiar apenas uma e esquecer as demais.

Somente assim, teremos alunos conhecedores da verdadeira história do povo brasileiro e atuantes na mesma. Frutos de um ensino de qualidade que priorize o aluno e sua construção do conhecimento e que considere o meio social em que esta inserido e conseqüentemente a cultura ao qual faz parte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 10.

_____. Constituição da República do Brasil. 36 edição Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Secretaria Especial de políticas de Promoção de Igualdade Racial/MEC, 2004.

_____. Educação como Exercício de Diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

_____. Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

_____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e africana. Brasília, 2009.

_____. Regulamentação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena. Conselho Estadual de Educação. João Pessoa. 2010.

_____. Resolução 08/2010. Campina Grande. 2010.

_____. Diversidade Sociocultural. Campina Grande. RCEF. 2010

CAVALCANTE, M. H. K. Diversidade e Currículo escolar. [editorial] Construir Notícias. v. 51, n. 1, p. XXXIX – XL, março/abril, 2010.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítica-compreensiva – artigo a artigo. 16ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 9-10.

FERREIRA, A. B. H. Mini Aurélio – Séc. XXI. O minidicionário da língua portuguesa. 4ª ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Educação na Cidade. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf. Acesso em: Julho de 2012.

GOMES, N. L.; MARTINS, A.A. História da África e das Culturas Afro-Brasileiras: a construção dos plurais. In: Formação Continuada de Docentes da Educação Básica: constituindo parcerias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MOREIRA, F. B. & CANDAU, V. M. Indagações sobre o currículo: Currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Herivelto & CALEFFE, Luiz Gonzaga. Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACHADO, Cristina Gomes. Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NEPOMUCENO, Cristiane Maria; ASSIS, Cássio Lobão de. Estudos contemporâneos da cultura. Campina Grande: UEPB/UFRN, 2008. 15 fascículos.